

# JORNAL DO SENADO

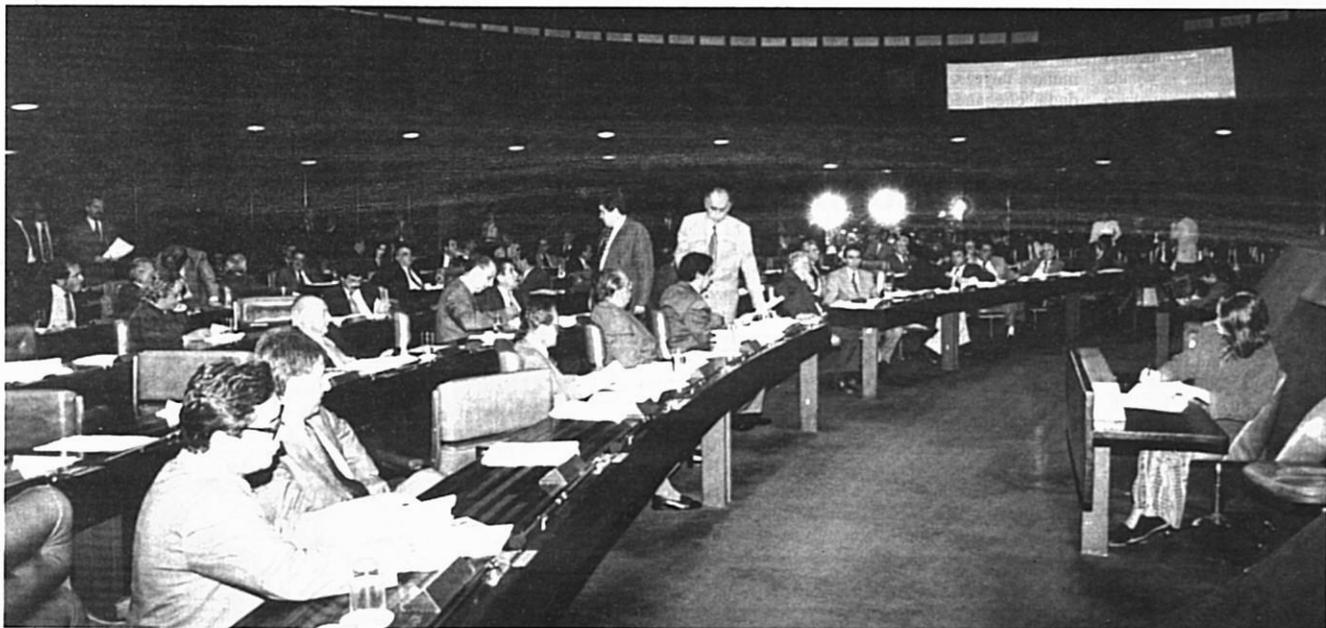
Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 508 - Brasília, segunda-feira, 21 de julho de 1997

## Senadores discutem saídas para a crise nos estados

*Em busca de soluções, Fogaça convoca elites, Ademir reivindica diálogo e Lobão garante que FHC está sensível ao problema. Quintanilha prevê mais dificuldades com prorrogação do FEF e João Rocha pede menos isenções fiscais*

A crise financeira por que passam os estados brasileiros foi o tema dominante na sessão de sexta-feira do Senado. Enquanto o senador José Fogaça convocou as elites políticas, sindicais e empresariais a revolucionar suas políticas, Ademir Andrade cobrou do presidente da República diálogo com as lideranças partidárias que se encontram apreensivas. Já Edison Lobão, contestando Ademir, ressaltou que Fernando Henrique não é responsável pela situação salarial que suscitou a greve dos policiais de Alagoas e que ele está sensível ao problema. Se o FEF for prorrogado, a "preocupante condição de estados e municípios" poderá agravar-se, alertou Leomar Quintanilha. Também preocupado, João Rocha defendeu a redução das isenções fiscais. **Páginas 4 e 5**



O plenário do Senado vota amanhã mais uma matéria incluída na pauta da convocação extraordinária: a proposta de emenda constitucional que institui o efeito vinculante

### Consciência coletiva contra a exploração

Senadora Emília Fernandes diz que só com uma consciência coletiva sobre a gravidade do problema o país poderá combater a exploração da mão-de-obra infantil. **Página 8**

## Plenário vota efeito vinculante. CPI inicia exame do relatório

O plenário do Senado deverá votar amanhã a proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima, que institui o princípio do efeito vinculante das decisões sumuladas do Supremo Tribunal Federal. Ronaldo justifica sua proposta lembrando que, sem o efeito vinculante, qualquer juiz de primeira instância pode adotar decisão diferente em questão já votada pelo STF.

Já a CPI que investigou irregularidades na emissão de títulos públicos para o pagamento de precatórios inicia amanhã a discussão e votação do relatório elaborado pelo senador Roberto Requião. A comissão espera concluir o relatório final e encaminhá-lo à Mesa do Senado na próxima sexta-feira, dia 25, coincidindo com o último dia da convocação extraordinária do Congresso Nacional. **Página 2**

### Nabor cobra ligação para o Pacífico

Senador garante que conexão rodoviária trará a integração econômica, cultural e política dos povos que vivem no Leste e no Oeste do continente. **Página 3**

*Substituto de Jefferson Péres a proposta de Ronaldo Cunha Lima tem o objetivo de desobstruir os trabalhos da Justiça*

## Senado vota amanhã o efeito vinculante

O plenário do Senado votará amanhã, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) que institui o princípio do efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal. Se aprovada, inclusive na Câmara, todos os tribunais e o Poder Executivo terão de seguir decisões sumuladas do STF.

Ronaldo Cunha Lima justifica sua proposta de mudança constitucional lembrando que a inexistência do efeito vinculante permite que qualquer juiz de primeira instância dê uma decisão diferente até mesmo sobre uma questão já votada pelo Supremo. Lembrou o caso do reajuste de 147% para os



Ronaldo: pela racionalização

apresentados, que abarrotou os tribunais brasileiros e recebeu decisões diferentes mesmo após o STF ter-se pronunciado sobre o caso.

O Supremo é, entre as cortes constitucionais de todo o mundo, talvez a mais demandada, chegando a examinar cerca de 25 mil processos por

ano, o que esgota sua capacidade, atrasando os feitos. Em algumas cortes, como a dos EUA, julgam-se por ano no máximo 500 processos - assinala Ronaldo Cunha Lima.

A proposta foi aprovada pela CCJ, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM). A comissão ouviu juristas, ministros de tribunais e dirigentes da Ordem dos Advogados do Brasil. Um dos últimos a falar à CCJ sobre o efeito vinculante foi o presidente do STF, José Celso de Mello. Pessoalmente, Celso de Mello manifestou-se contra o efeito vinculante, mas informou aos senadores que, dos 11 ministros do STF, só ele e um outro tinham opinião contrária.

## CPI dos Precatórios deve concluir relatório até sexta

A CPI dos Precatórios deverá concluir o seu relatório final e encaminhá-lo à Mesa do Senado na sexta-feira, dia 25. A comissão reúne-se amanhã, às 10h, para definir o ordenamento dos trabalhos de votação do relatório elaborado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Ainda amanhã, às 17h, os

membros da comissão deverão se reunir para tratar de esclarecimentos sobre os procedimentos a serem seguidos pelo Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central. Em seguida, se dará o início da discussão e votação do relatório e dos votos em separado, já que amanhã termina o prazo con-

cedido ao pedido de vista coletiva e recebimento de votos em separado ao relatório.

Os trabalhos deverão prosseguir na quarta e na quinta-feira, e a previsão da própria comissão é de que poderá encerrar suas atividades na sexta-feira, coincidentemente com o último dia da convocação extraordinária.



Benedita recebe membros da Southern Education Foundation

## Rio vai debater relações raciais

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) recebeu sexta-feira, em seu gabinete, a diretora da Iniciativa de Relações Raciais Comparadas, da Southern Education Foundation, Lynn Walker Huntley, com quem discutiu a realização de um seminário no Rio de Janeiro, de 1º a 4 de setembro próximo, sobre tendências contemporâneas de relações raciais no país. Lynn estava acompanhada de Catherine J. Jarvis, adido cultural adjunto da embaixada dos Estados Unidos em Brasília.

Benedita disse que a entidade já realizou seminário semelhante nos Estados Unidos e,

além do Brasil, fará outro na África do Sul, no ano que vem, na busca de informações sobre as condições de vida das pessoas de descendência africana em cada país. O encontro, além de mostrar a realidade do negro no mundo, vai discutir as alternativas de cada país para superar essas desigualdades.

A senadora disse que a bancada afro-brasileira no Congresso tem procurado levantar os interesses da comunidade negra e está promovendo reuniões para discutir as iniciativas do governo destinadas a essa camada da população.

### JORNAL DO SENADO

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucídio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade  
 Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
 Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
 Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy  
 Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro  
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211  
 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

## Agenda do Dia

### PRISIDÊNCIA

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside Sessão Não Deliberativa do Senado  
 16h30 - Recebe o diretor do Grupo Luksic, Guillermo Luksic, acompanhado do embaixador do Chile no Brasil, Heráldo Muñoz  
 17h - Recebe o presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antonio de Pádua Ribeiro  
 18h - Recebe o representante do Brasil junto à ONU, embaixador Celso Amorim

### PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

### ESPECIAL

18h30 - Exposição *Virgílio Távora e sua época*, organizada pelo jornalista e historiador Fernando Girão. *Vitrine dos Estados - Anexo I - Corredor*

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (22.07.97)

### 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação da "PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante"

### Sexta-feira (25.07.97)

14h30 - Encerramento dos trabalhos da 5ª Sessão Legislativa Extraordinária do Senado.

### COMISSÕES

#### Terça-feira (22.07.97)

##### 10h - CPI dos Precatórios

Pauta: Ordenamento dos trabalhos para a votação do relatório.

##### 17h - CPI dos Precatórios

Pauta: 1. Esclarecimentos sobre os procedimentos a serem seguidos pelo Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Receita Federal, Polícia Federal e Banco Central.  
 2. Prazo final de vista coletiva e recebimento de votos em separado ao relatório.  
 3. Início da discussão e votação do relatório e dos votos em separado.

##### Quarta (23.07), quinta (24.07) e sexta-feira (25.07.97)

Pauta: Trabalhos de conclusão do relatório final da CPI dos Precatórios, para encaminhamento à Mesa do Senado.

*Só os "insensíveis e insensatos" não compreendem a importância da rodovia, sem a qual, segundo o senador, o país fica "à mercê da navegação em bandeiras exóticas"*

## Nabor Júnior pede estrada como saída para o Pacífico



Francelino: Codevasf está certa

### Francelino defende verba para irrigação em Minas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a proposta orçamentária da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do São Francisco) para os projetos de irrigação no norte de Minas Gerais, como o Jaíba e o Jequitaiá, com o argumento de que se trata de iniciativas "de absoluta importância para a correção das desigualdades regionais".

Ele entende que essa proposta da Codevasf para o Orçamento de 1998, já apresentada ao Ministério do Meio Ambiente, "não deve e não pode ser alterada, a não ser para aumentar os recursos nela indicados".

- A Codevasf nos oferece um exemplo bem ilustrativo de orçamento participativo, em que os recursos públicos são alocados em função das efetivas e reais necessidades da população - disse Francelino Pereira, para quem, "à medida que essa prática for se generalizando, teremos, ano a ano, um orçamento cada vez mais comprometido com a recuperação dos indicadores sociais que ainda enodoam a nação".

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu sexta-feira a implantação urgente de uma saída rodoviária que possibilite ligação com o Pacífico, porque, mais do que uma simples conexão asfáltica, a estrada implicará a efetiva integração econômica, cultural e política dos povos que vivem no Leste e no Oeste do continente.

Ele pediu a pavimentação dos 330 quilômetros da rodovia federal já existente, desde Rio Branco, que permite a ligação com a malha rodoviária peruana, em Inapari.

Na opinião do senador, "só os insensíveis e os insensatos" não compreendem que, sem a saída rodoviária para o Pacífico, o país fica à mercê de entrepostos estrangeiros e

da navegação em bandeiras exóticas, que nada acrescentam aos nossos projetos de desenvolvimento.

Nabor Júnior destacou pa-



Nabor: reversão de expectativas na Amazônia

lestra do engenheiro Marcos Ribeiro Dantas, no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, na qual advertiu que, sem uma ligação com o Pacífico,

o Brasil perde uma valiosa rota para participar de uma forma mais efetiva no comércio crescente com o Japão e os Tigres Asiáticos.

Nabor disse que a rodovia proporcionará uma reversão de expectativas em toda a Amazônia Ocidental brasileira, porque coloca em situação mais privilegiada, em termos de desenvolvimento potencial, as regiões mais afastadas dos centros colonizados.

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) disse que a questão da integração precisa do apoio de todos os senadores, especialmente os do Norte e Centro-Oeste.

## Miranda prega urgência na modernização dos portos

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) cobrou a adoção de melhorias no sistema portuário do país, manifestando a convicção de que o presidente Fernando Henrique Cardoso adotará as medidas econômicas, políticas e administrativas "para dotar o país de um sistema portuário que permita seu ingresso no rol das nações efetivamente desenvolvidas, no mais curto período de tempo".

Para o senador, a precariedade do sistema portuário é o maior entrave das relações comerciais brasileiras com o exterior.

"O Brasil poderia importar e exportar muito mais, a menores custos, com maior grau de competitividade, e atingir um número maior de mercados."

Gilberto Miranda disse que, "pela prática brasileira, porto tem sido local de armazenagem, de desvio, arromba-

mento e roubo de carga, onde mercadorias se estragam, são abandonadas e deterioradas", o que, na sua opinião, impossibilita o país de competir adequadamente, no âmbito internacional.

O senador entende que "o corporativismo sindical existente no Brasil também prejudica as relações internacionais, elevando os custos dos produtos brasileiros no exterior, resultando em fretes mais caros, seguros mais elevados e até em cancelamento de navios".

Conforme Gilberto Miranda, para reduzir custos, aumentar a eficiência geral da economia e facilitar as transações comerciais com



Miranda: corporativismo sindical também prejudica

o exterior, o porto deve se integrar a um sistema de transportes, comunicações e produção. Ele observou que a legislação que autoriza a privatização dos portos brasileiros ainda não foi capaz de produzir "os resultados econômicos e administrativos urgentes de que o Brasil necessita para que não permaneça como um país retardado no contexto da economia do século XXI".



Jucá: contra fraude em títulos

### Jucá vai ao TSE para evitar fraude em Roraima

O senador Romero Jucá (PFL-RR) anunciou sexta-feira que vai solicitar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) uma correção no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, tendo em vista o grande número de títulos - 10.634 - cancelados este ano no estado.

Ele considerou que, se foram cancelados cerca de dez por cento do total de títulos eleitorais, "só com pessoas com o mesmo nome, é bem possível que haja ainda mais irregularidades".

- Como o quadro eleitoral muda bastante, é bom lembrar que é o governador do estado quem emite uma carteira de identidade, e com essa carteira de identidade o cidadão se dirige à Justiça Eleitoral e tira o seu título de eleitor. É preciso todo cuidado para que não se forjem eleitores - disse ele.

Jucá entende que a emissão de documentos falsos só será coibida com a adoção do registro único de identidade, criado por lei de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

#### DENÚNCIA

O senador também se reportou a matéria publicada no *Jornal do Senado*, sob o título "Romero Jucá denuncia governador", explicando que está denunciando o governador de Roraima, Neudo Campos, e o secretário de Saúde, Sérgio Pilon Guerra, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público estadual "não porque eles descumpriram convênio relacionado à Aids, mas sim porque o governador há oito meses recebe recursos destinados ao combate à doença, tendo utilizado apenas um por cento desses recursos".

# A CRISE NOS ESTADOS

## Fogaça convoca elites locais a tomarem conta da situação

O senador José Fogaça (PMDB-RS) conclamou sexta-feira as autoridades políticas, sindicais e empresariais dos estados da Federação a revolucionar imediatamente suas políticas econômico-financeiras e tomar o comando da administração dos recursos que entram e saem dos seus cofres. Fogaça referiu-se à crise ocorrida em Alagoas, em que o governador Divaldo Suruagy pediu afastamento temporário ao constatar a falência do estado.

- O governo federal não é culpado por não injetar mais dinheiro nos cofres de Alagoas, ou de qualquer estado. A situação em geral é calamitosa e chegamos ao fundo do poço - advertiu, para lembrar que "as elites" de todos os segmentos em nível estadual têm a responsabilidade



Fogaça: culpa não é do governo

de colocar suas máquinas estatais em ordem.

Fogaça disse que tentar soluções como a flexibilização das taxas cambiais seria danoso à economia nacional porque essa medida traria de volta a inflação, favorecendo orçamentos maquiados e falsos dos cofres dos estados, além de

diminuir o poder de compra dos servidores estaduais. A maioria dos estados tem gastos mais elevados que a sua arrecadação e, se esta mentalidade perdurar, haverá a continuidade dos pedidos de recursos em Brasília, em nome de rolagens de dívidas, que prejudicam o Tesouro, ressaltou.

"É preciso acabar com o inchaço de pessoal nas administrações, com os favorecimentos via ingerência de instituições do governo federal e outras práticas arraigadas na mentalidade de autoridades, além de combater as práticas oligárquicas", sugeriu. Segundo ele, o governador do Rio Grande do Sul, Antonio Brito, tem feito um bom trabalho de enxugamento da máquina pública estadual com programas de diminuição de custos de pessoal, entre eles o de demissão voluntária.

## Ademir alerta governo para questão salarial do servidor público

"Tudo aumenta neste país, mas os salários dos funcionários públicos continuam congelados há dois anos e sete meses", afirmou sexta-feira o senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao apontar a rebelião de policiais civis e militares em vários estados como a "consequência mais gritante" desse aviltamento salarial. "Será que o presidente da República não tem sensibilidade para as coisas que estão acontecendo neste país?", questionou.

Com o jornal *Folha de S. Paulo* nas mãos, estampando a manchete sobre o afastamento do governador Divaldo Suruagy, Ademir Andrade indagou: "Poderíamos condenar os policiais por essa atitude?"

O senador se disse espantado com o clima de guerra que marcou na última quinta-feira o enfrentamento entre os policiais em greve e as tropas do Exército, em Maceió.

Depois de criticar o governo pela resistência em cumprir as decisões judiciais favoráveis à correção nos vencimentos dos servidores, Ademir observou que, se os policiais fazem greve e obtêm reajustes salariais, não se pode esperar que as outras categorias profissionais o consigam. "E os professores deste país? E as universidades deste país? E os setores ligados à saúde? Quando fazem uma greve, o governo não a enxerga", frisou.

Na opinião de Ademir, o pre-



Ademir: apelo ao diálogo

sidente Fernando Henrique não está preocupado com a falência da educação nem com a crise dos postos de saúde. Mas poderia, a seu ver, sentar-se à mesa para debater o assunto com as lideranças partidárias que se encontram apreensivas com o momento político.

Ademir informou que um policial militar em seu estado ganha R\$ 130,00 por mês, e que é difícil um servidor conformar-se com uma situação degradante como essa. Disse também que é assustador ver a situação de falência de Alagoas e perceber que, "em meio a esse caos, o governo federal não faz nada para socorrer aquela gente".

Na presidência da sessão, a senadora Emília Fernandes (PTB-RS) manifestou-se também preocupada e afirmou que é urgente a necessidade de uma solução para as greves de policiais que afligem o país.

## Para Lobão, culpa não é de Fernando Henrique

O senador Edison Lobão (PFL-MA) refutou afirmação do senador Ademir Andrade (PSB-PA), segundo a qual o presidente Fernando Henrique Cardoso é culpado pela situação salarial que suscitou a greve dos policiais militares e civis em Alagoas, e que resul-

tou no afastamento, na quinta-feira, do governador Divaldo Suruagy. O senador maranhense disse que a crise salarial em que vivem os servidores federais e estaduais é grave, mas o presidente da República "não está insensível" ao problema.

## Quintanilha diz que FEF é agravante

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) disse sexta-feira que a "preocupante condição financeira" que sacrifica estados e municípios brasileiros poderá agravar-se com a prorro-

gação dos estados mais pobres e endividados", alertou ele.

Na opinião do senador, a crise que atinge Alagoas e que, além do confronto entre policiais militares e tropas do Exército, culminou com o afastamento do governador Divaldo Suruagy, chama a atenção não apenas para o aviltamento salarial das polícias civil e militar, mas para a falência em que se encontram os estados brasileiros. "E como se isso tudo não bastasse, ainda estamos aprovando a prorrogação do FEF", lamentou.

Depois de lembrar que a estabilidade do Plano Real ampara-se sobretudo no controle cambial e nas taxas de juros elevadas, Leomar Quintanilha afirmou que o aumento dos encargos finan-

ceiros e a pesada dívida que os governadores herdaram de administrações anteriores estão levando o Brasil a um clima tenso. Disse ainda que vários estados estão consumindo toda a receita fiscal em despesas de custeio, deixando de atender ao crescimento vegetativo da população e, em consequência, aumentando a crise social.

- Quero registrar a preocupação de que essa desobediência civil, com cenas de rebelião e agressão física e armada, que está grassando de forma perigosa pelo país, está a merecer uma atenção toda especial, antes que a situação se agrave e que haja mais mortes, e antes que o reordenamento das finanças dos estados fique mais caro - acentuou.



Quintanilha: estados falidos

gação do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), já aprovada em primeiro turno na Câmara dos Deputados. "Certamente, isso virá agravar ainda mais a

*Endividamento interno e externo do país é compatível com padrão internacional, lembra o senador, mas a situação poderá se agravar porque o governo cede demais, enquanto espera a reforma tributária*

## Isenções ameaçam Real, diz João Rocha

O senador João Rocha (PFL-TO) afirmou sexta-feira que, para reduzir o desequilíbrio das contas públicas, o Estado brasileiro precisa diminuir as isenções fiscais que concede, enquanto aguarda a reforma tributária, "que poderá propiciar significativo aumento de arrecadação, pela eficiência da cobrança dos impostos e sem que haja aumento dos tributos".

João Rocha disse que neste ano as isenções e deduções fiscais devem alcançar R\$ 18 bilhões e, "mesmo que alguns defendam a isenção a alguns setores, justificando que os empreendimentos geram mais impostos, a manutenção de elevada renúncia fiscal é preocupante".

Na opinião do senador, a recuperação da economia a partir do Plano Real levou a um crescimento das dívidas externa e interna porque o país não concluiu as reformas que garantiriam o equilíbrio fiscal e precisou diminuir a liquidez. Para o senador, "os índices de endividamento interno e ex-

terno são compatíveis com os padrões internacionais, mas essa

dívida pode se tornar de difícil gerenciamento se o quadro não for mudado".

O governo tem recorrido ao endividamento público por duas razões: tanto as receitas não têm coberto as despesas, quanto o excesso de dinheiro aqui aplicado por investidores estrangeiros tem forçado o governo a usar esse mecanismo para enupear a economia. O perigo da estratégia é que o investidor privado, atraído pelos juros, empregue seus capitais especulativamente - explicou.

A dívida externa brasileira, que era de US\$ 145 bilhões em 1993, subiu para US\$ 167 bilhões em 1996, disse o senador. A dívida sob responsabilidade do Banco Central



João Rocha: mudar o modelo

creceu de R\$ 26 bilhões, em 1994, para R\$ 83 bilhões, em 1996 e, além disso, "o governo federal ainda não obteve o equilíbrio fiscal que evitaria o aumento da dívida sob responsabilidade do Tesouro Nacional".

João Rocha lembrou que o montante da dívida dos estados e municípios passou de cerca de R\$ 2 bilhões, em 1993, para mais de R\$ 50 bilhões em 1996. E destacou que o governo tem outros passivos, como o FGTS, o PIS, a Previdência Social e os fundos de pensão.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse que, se não for encontrada uma solução criativa para a crescente dívida

pública, "o Plano Real pode ruir como um castelo de areia".

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou que o Plano Real não teria alcançado seu objetivo principal de diminuir a inflação se não fosse pela elevação de juros internos para baixar o consumo e pela taxa de câmbio sobrevalorizada, facilitando a importação a preços subsidiados e desequilibrando a balança comercial.

Para o senador Ademir Andrade (PSB-PA), "o grande erro do governo é beneficiar os banqueiros nacionais e capitais multinacionais". Concordando com Lauro Campos, o senador afirmou que, "se o governo acabar com a âncora fiscal, o Plano Real será destruído".

## Lauro: economia está a serviço do projeto de FHC

O senador Lauro Campos (PT-DF) está convencido de que houve um esgotamento do Real, plano econômico que, "além de reduzir a taxa de inflação, serviu para alavancar a candidatura do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994". Para o senador, já está em curso o Plano Real II, visando à reeleição de Fernando Henrique, uma vez que, a seu ver, "a desestruturação da agricultura e da pecuária e o elevado custo social fizeram despençar a aprovação popular ao governo".

A afirmação de Lauro Campos faz parte das reflexões político-econômicas que ele tem feito na tribuna, há algum tempo, sobre como o Real, na sua opinião, levou o presidente Fernando Henri-



Lauro: reflexões na tribuna

que Cardoso ao poder e como o fracasso do plano, "devido a seu elevadíssimo custo social", imporia a derrota na reeleição.

- Ao lançar o Real II, em entrevista de três páginas concedida à *Gazeta Mercantil* de 19 de junho último, Fernando Henrique Cardoso assume a mo-

déstia que lhe é peculiar em período eleitoral e diz que ele não teria competência para ser o pai da criança: Emar Bacha, Lara Rezende, Pêrsio Arida e Gustavo Franco teriam conjugado esforços para produzir o rebento político e as necessárias técnicas econômicas e financeiras que o sustentaram - disse o senador.

Lauro Campos afirmou que um dos sintomas de que o Real, "tão bem urdido para levar Sua Excelência ao trono presidencial", não prestava para garantir a reeleição, foi o "humilde reconhecimento do presidente-candidato", em entrevista à mídia, de que haviam exagerado na abertura econômica, "mas logo esclarecendo que o erro da abertura exagerada tinha sido cometido pelo outro Fernando, o Collor".

## Lobão destaca novo perfil do BNB ao completar 45 anos

Os 45 anos de existência do Banco do Nordeste, completados sábado, foram registrados sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), que elogiou a fase de "grande efervescência laboral" vivida atualmente pelo banco, sob a presidência de Byron de Queiroz.

Segundo o senador, a nova administração elaborou, recentemente, larga pesquisa sobre as atividades econômicas mais representativas de dezenas de municípios nordestinos, examinando vocações locais por setores, ramos e produtos. O trabalho, disse, facilitará as ações do próprio banco, dos governos estaduais e das prefeituras, pois apresenta diretrizes fundamentadas sobre os segmentos que têm oportunidade de se desenvolver

com êxito no mercado.

Edison Lobão informou que o estudo visou à reordenação da rede, como parte do proces-



Lobão: BNB impulsiona o desenvolvimento

so de mudança organizacional da empresa, centrando suas ações no mercado e entendendo os agentes produtivos da região. Disse ainda que os estados do Nordeste, incluindo o Maranhão, tiveram os municí-

pios cadastrados com prioridades hierarquizadas, de acordo com suas potencialidades.

- As linhas operacionais vêm sendo reformuladas e seguem as diretrizes do governo federal, buscando inserir a região Nordeste na retomada do desenvolvimento - ressaltou o senador.

Lobão assinalou que o apoio prestado pelo BNB visa a impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste, e acrescentou que a liderança e o pioneirismo do banco ganham destaque no ranking da Febraban. Num relação de 34 bancos, que exclui o Banco do Brasil, o BNB detém 30% dos empréstimos globais do setor rural, "em que pese a seletividade da sua atuação, restrita à mais empobrecida das regiões".

*A exemplo da Itália, onde já se vem utilizando o modelo dotado de mecanismo que impede a reutilização, o Brasil deveria, na opinião do senador, aprovar legislação mais rígida, evitando a propagação de doenças graves*

## Campos: seringa precisa proteger usuário



Ronaldo aprovou a idéia

### A história legislativa brasileira em 50 CD-ROMs

A história legislativa do Senado, de 1823 (Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil), até os dias atuais, será condensada em 50 CD-ROMs, incluindo projetos de lei, discursos, apertes, requerimentos, solenidades, sessões solenes, atas e outras informações pertinentes.

A Subsecretaria de Anais do Senado Federal, acompanhando a modernidade da informática e da eletrônica, está fazendo o registro da história legislativa e dos Anais da Casa em CD-ROMs, utilizando-se de um sistema técnico avançado.

O projeto foi apresentado ao senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário da Casa, e ao diretor-geral, Agaciel Maia, em exposição feita pelo diretor da Subsecretaria de Anais, Flávio Rometo.

O novo sistema de documentação oferecerá pesquisas de documentos, índice temático e índice onomástico, oferecendo, ao parlamentar e outros usuários, uma pesquisa rápida e objetiva, por meio do computa-

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu sexta-feira apelo ao Ministério da Saúde para adotar providências imediatas relacionadas à regulamentação da Lei nº 9.273/96 que, conforme observou, obriga a inclusão de dispositivo de segurança nas seringas descartáveis, de modo a impedir a sua reutilização.

Campos disse que os hemocentros, à falta de fiscalização eficiente, nem sempre realizam os testes obrigatórios da qualidade do material colhido, expondo a risco de vida o receptor de sangue eventualmente contaminado.

Após salientar que "a providência reclamada requer ação imediata", Júlio Campos afirmou que a lei, com vigência a partir de 3 de agosto de 1996, deveria estar regula-

mentada até 3 de novembro do mesmo ano. Isto porque, conforme o senador, o Executivo tinha prazo de 180 dias para regulamentá-la, a partir de sua publicação, ocorrida em 3 de maio do ano passado.

O diploma legal em questão fixou prazo razoável para a sua regulamentação, mas decon siderou-se o zelo do legislador, que pela via legal quis evitar a contaminação de pessoas às quais continua permitida a utilização de seringas usadas, e que assim se arriscam a contrair as mais graves doenças, numa trágica e continuada loteria da morte - ponderou.

O senador disse que, na Itália, a lei antidroga prevê a substituição gradual dos modelos de seringa hoje



Campos: seringas sem segurança são ameaça de contaminação

existentes no mercado daquele país por outros, dotados do mecanismo. Segundo Júlio Campos, "ao adotarmos no Brasil providência semelhante, estaremos

reduzindo o risco de transmissão de doenças entre os usuários de drogas endovenosas e contribuindo para a própria redução do seu consumo".

## Senado abre hoje exposição sobre Virgílio Távora

Será inaugurada às 18h30 de hoje, na *Vitrine dos Estados*, no Senado, a exposição "Virgílio Távora e sua época", organizada pelo jornalista e historiador Fernando Girão. A mostra em torno da figura do ex-senador cearense ficará aberta até sábado, 26.

## Teleconferência orientará políticos

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro, promoverá no dia 5 de agosto, das 14h às 17h, a primeira teleconferência, dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das assembleias legislativas, das câmaras e prefeituras municipais. A transmissão será via Embratel, por meio de telões instalados nos auditórios dos órgãos do Ministério da Fazenda nas capitais e principais cidades brasileiras.

A conferência será sobre "Estratégias de obtenção de recursos federais sem intermediação" e tem como principal objetivo mostrar os diversos meios de captação de recursos sem o concurso de terceiros. Para ter acesso à teleconferência, os interessados poderão, também, nos locais providos de antena parabólica, sintonizar o canal 6-A1, polarização horizontal, frequência 3910.



**O Informativo da RÁDIO SENADO**  
**91,7 FM já está na INTERNET**

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)



# INTERLEGIS

## Diretor do Senado enfatiza o fácil acesso às informações

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, disse sexta-feira, em palestra sobre o Interlegis, que essa rede de comunicação colocará as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores em condições de igualdade com o Senado, em relação ao volume de informações.

- Qualquer casa legislativa estadual ou municipal terá acesso a uma estrutura de informação que o Senado demonstrou anos para montar. Agora será possível conhecer, por exemplo, o funcionamento do Senado sem necessidade de deslocamento. Arrisco até a dizer que o Interlegis promoverá a integração nacional - afirmou.

Ao discorrer sobre modernização administrativa para uma assistência constituída de servidores de Legislativos estaduais e municipais, Agaciel Maia destacou que, para o Senado ser moderno, é preciso alcançar duas metas: melhorar a qua-



Agaciel: integração via Interlegis

lidade do trabalho do parlamentar e divulgar as atividades da Casa. Em relação à primeira, o diretor-geral assinalou que a informação é o "combustível" da atuação do senador, que, salientou, precisa do maior número de informações para elaborar projetos e discursos.

Agaciel abordou as medidas adotadas pelo Senado para aprimorar o trabalho dos parlamentares, como o projeto de produção de CD-ROMs com todos

os Anais da Casa, desde 1823. "Tudo que se falou no Senado desde sua criação estará disponível para os senadores", frisou.

O diretor-geral informou ainda que está em negociações um convênio com a biblioteca do Congresso dos Estados Unidos no sentido de que os senadores brasileiros tenham à disposição a atuação dos principais países do mundo.

Quanto à divulgação da atuação do Senado, Agaciel citou o lançamento do *Journal do Senado*, no início de 95, da TV Senado, no ano passado, e da Rádio Senado, este ano. "É preciso que a sociedade tenha conhecimento, de uma forma transparente, do que está sendo feito pelos senadores." O diretor-geral anunciou um projeto de expansão da TV Senado visando a fazer com que todas as assembleias legislativas e câmaras de vereadores do país recebam o sinal da emissora.

O diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, Mário Medeiros, no painel "Educação à Distância", disse que o Interlegis "abrirá uma grande fronteira para a atuação do ILB no ensino à distância, tornando o trabalho mais eficiente". Medeiros afirmou que, pela página do ILB na Internet, é possível ter conselhos sobre processo legislativo, técnicas legislativas e processo orçamentário.

O diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, Claudionor Moura Nunes, ressaltou a importância da Gráfica do Senado na harmonia entre os três Poderes, lembrando o episódio da renúncia do ex-presidente Fernando Collor, no qual o vice-presidente Itamar Franco só poderia tomar posse quando fosse publicada a carta de renúncia de Collor no *Diário do Senado*. "Graças à eficiência da gráfica, o Brasil ficou apenas 45 minutos sem presidente", assinalou.



Odacir: tripé da reforma agrária

## Odacir exalta efetivação do Projeto Lumiar

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu as últimas medidas adotadas pelo governo para a efetivação da reforma agrária, especialmente o Projeto Lumiar, que enfoca a assistência técnica nos assentamentos.

Entende o senador que o governo, com a iniciativa, "compreende que o Programa Nacional de Reforma Agrária, para ser comprometido com a sustentabilidade e com a qualidade de vida das famílias assentadas, deve se estruturar em três vetores, complementares e interdependentes: o acesso à terra com infra-estrutura, o crédito e a assistência técnica".

Na opinião de Odacir Soares, nenhum desses vetores, isoladamente, garante a consolidação da reforma agrária. Isso porque o acesso à terra, sem os recursos necessários para explorá-la, condena os novos assentados à mesma situação de pobreza na qual se encontra a metade da agricultura familiar no país. Já a falta de orientação técnica capaz de garantir a aplicação racional do crédito, além de acarretar desperdício de recursos, inviabiliza o resgate dos empréstimos e a sustentabilidade dos assentamentos.

O senador lamenta que o governo tenha "praticamente desmantelado" sua rede de extensão rural e assistência técnica, formada pela Emater e outras instituições, desativadas em alguns estados, mas acredita que a implementação do Projeto Lumiar conseguirá viabilizar os assentamentos, tornando as unidades de produção estruturadas, produtivas, competitivas e integradas ao desenvolvimento municipal e regional.

## Carreiro destaca aprimoramento do Legislativo

O secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, em painel realizado na manhã de sexta-feira como parte da programação do lançamento da rede Interlegis, disse

que as mudanças é "agilizar os trabalhos legislativos e dotá-los de maior transparência, atendendo os clamores da opinião pública".

Raimundo Carreiro fez uma exposição sobre a estrutura da Secretaria Geral da Mesa, detalhando as modificações e ampliações por que passou para atender com rigor suas funções de execução e assessoramento da presidência e da Mesa da Casa. Ele destacou que, desde a administração do senador José Sarney, o órgão que dirige estabeleceu uma linha de trabalho baseada no planejamento, na diversificação e aprimoramento dos meios de informação.

- A primeira dessas medidas foi a elaboração da agenda mensal das matérias submetidas à apreciação do plenário.

Assim, os trabalhos do plenário tornaram-se planejados pelo período de até um mês, razão pela qual os senadores passaram a dispor de um eficaz instrumento para melhor se prepararem para os debates e votações, bem como para agendarem outros compromissos relacionados ao exercício do mandato - esclareceu.

Conforme explicou Raimundo Carreiro, tanto a Ordem do Dia como os resultados das sessões deliberativas e o *Diário do Senado Federal* estão disponíveis na Internet. Os dois primeiros também podem ser consultados por meio da rede Prodasen. O secretário-geral da Mesa explanou ainda sobre os diversos bancos de dados que poderão ser utilizados pelas assembleias legislativas e câmaras de vereadores.

A diretora da Subsecretaria de Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, afirmou que seu principal objetivo é apoiar o trabalho legislativo. Nesse sentido, considerou uma "verdadeira revolução evoluir para uma rede de informação maior com o uso da Internet ou de tecnologia ótica".

A diretora da Subsecretaria de Informações, Deane Catarina Guedes, esclareceu que a pesquisa jurídica, o arquivamento das normas jurídicas e de normas dos órgãos da administração federal formam o núcleo das atividades do órgão que dirige. A introdução de novas tecnologias, como o uso da Internet, a seu ver, trará maior velocidade e confiabilidade às atividades da subsecretaria.



Raimundo Carreiro Silva

que as marcas do Poder Legislativo, nos últimos dez anos, têm sido o aprimoramento e as grandes transformações. O objetivo principal

Senadora informa que relatório sobre diligências da CPI do Trabalho Infantil no Rio Grande do Sul já está disponível aos interessados e será remetido às autoridades governamentais e entidades que cuidam da questão

## Situação da criança gaúcha preocupa Emília

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) relatou sexta-feira as diligências realizadas no Rio Grande do Sul pela CPI mista que investiga denúncias sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil, destacando que a comissão verificou *in loco* as penosas condições da mão-de-obra infantil no setor de calçados e de abastecimento de hortigranjeiros.

O relatório da CPI sobre essas diligências já está acessível a todos os interessados e deverá ser enviado às autoridades, às entidades governamentais e não-governamentais e às associações e sindicatos de empresários e trabalhadores, informou a senadora.

Ela acrescentou que, no trabalho de coleta de dados e informações, a CPI também ouviu 19 depoimentos relativos ao trabalho infantil na cultura do fumo e da laranja, extração de pedras, construção civil, madeiras, indústria moveleira, supermercados e distribuição de jornais. Segundo dados do IBGE ci-



Emília: questão de consciência tados por Emília Fernandes, há naquele estado cerca de 523 mil menores, entre 10 e 17 anos, inseridos no mercado de trabalho, o que representa 36,2% do total de menores do Rio Grande do Sul. Outro dado que comprova a gravidade da situação gaúcha é o de que 70,54% da população economicamente ativa começaram a trabalhar antes de completar 14 anos de idade, observou.

Quanto a informações sobre medidas, programas, recursos e ações do governo estadual no sentido de cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente, Emília Fernandes lamentou que os dados oficiais ainda não tenham

sido enviados à CPI. A seu ver, "o poder público estadual não tem demonstrado o empenho que deveria para alavancar a luta pela eliminação do trabalho infantil".

A comissão concluiu que o combate à exploração de mão-de-obra infantil será impossível "sem haver uma consciência coletiva, uma mudança de mentalidade de pais, empresários, educadores e dirigentes municipais, estaduais e federais" e recomendou urgência na busca de alternativas de emprego e renda para as famílias que recorrem ao trabalho de seus filhos.

Entre as recomendações dirigidas pela comissão ao Ministério Público, ao governo estadual, à Delegacia Regional do Trabalho, aos postos locais da Previdência Social e ao sistema Senai/Senac/Senar/Senat, Emília Fernandes destacou a abertura de inquéritos sobre o assunto, maior agilidade na liberação dos recursos do orçamento estadual para os órgãos ligados à proteção da criança e a apuração de denúncias relativas à alta incidência de suicídios na cultura do fumo.

Jonas Pinheiro destaca o trabalho de pesquisa desenvolvido pela Embrapa



## Jonas Pinheiro quer recuperar cultura do algodão

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse sexta-feira que as deficiências enfrentadas pelo setor algodoeiro do país podem perfeitamente ser equacionadas e que "o Brasil tem comprovadas condições de abdicar do vergonhoso e deprimente recorde de maior importador mundial do algodão".

Jonas lamentou que, embora seja tradicionalmente exportador, o país dependa atualmente da importação de cerca de 52% de algodão para assegurar o abastecimento interno.

Nos últimos 10 anos, conforme disse, a importação dessa fibra passou de 30 mil toneladas para o recorde de 522 mil toneladas, que é a previsão para 1997.

O senador pediu o apoio das autoridades para os trabalhos da Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso, em parceria com a Embrapa e outras instituições de pes-

quisa, como o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e o Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). Jonas Pinheiro disse que as tecnologias em desenvolvimento demonstram que o estado de Mato Grosso apresenta o maior potencial para a cultura do algodão no país.

O senador informou que agricultores de Mato Grosso estão obtendo, com o cultivo do algodão, mais de 3.000 quilos do produto por hectare, quando a média nacional situa-se em torno de 1.200 quilos.

Segundo ele, numa comparação com a lavoura da soja, constatou-se que o algodão, mesmo numa propriedade física média, pode gerar uma receita líquida 150% superior à daquela cultura, constituindo, portanto, uma vantajosa opção para a diversificação da produção agrícola naquele estado.

## Benedita incentiva relações com a África

O esforço desenvolvido pelos países africanos de língua portuguesa para estreitar os laços de amizade e as relações comerciais com o Brasil foi destacado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao reportar-se a recente visita ao país do presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira.

- Nossas relações com a África, sua história, suas perspectivas e desafios, constituem tema que transcende a diplomacia, dizendo respeito à própria definição da identidade e do projeto nacional do nosso país, um país em desenvolvimento - acentuou.

Com aproximadamente 1,1 milhão de habitantes, a Guiné-Bissau é uma das mais pobres



Benedita: identidade comum

repúblicas do mundo, registrando o mais elevado índice de ajuda internacional por habitante, acrescentou a senadora. Palco de muitas lutas pela independência, a história democrática do país começa em 1994, quando o atual presidente foi escolhido em eleições consideradas livres por observadores interna-

cionais. Com relações diplomáticas estabelecidas desde 1974, Brasil e Guiné-Bissau mantêm intercâmbio modesto, lamentou a senadora.

Benedita confia em que a evolução da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ajude a fomentar relações bilaterais de maior expressão, tanto em nível de programas de cooperação - "o presidente João Bernardo Vieira manifestou especial interesse na tecnologia agrícola da Embrapa" - quanto no plano comercial. Acordos assinados nas áreas de comércio, cooperação técnica e científica, trabalho e desenvolvimento profissional deverão ter suas atividades intensificadas, salientou.